

BLOCO TEMÁTICO 1: SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;
3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
Boa sorte!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2507255299M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO 1:

Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 1: SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.

- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

10

Sobre a distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I – Uma política pública envolve mais de uma decisão e diversas ações coordenadas.
- II – A decisão política representa uma escolha baseada nas preferências dos atores envolvidos.
- III – Nem toda decisão política resulta em uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Ética e integridade

Glauber Marinho; Rafael de Oliveira

11

Quanto aos deveres dos agentes públicos, preconiza-se como comportamento adequado:

- (A) uma apresentação pessoal com a utilização de vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função pública.
- (B) procrastinar o exercício regular de direito do cidadão, quando for necessário atender à finalidade administrativa, conforme o princípio da moralidade.
- (C) participar de greves e permanecer nos movimentos, ainda que sem observar as regras relativas à preservação da segurança coletiva.
- (D) colaborar com instituição que mantenha condições de trabalho análogas à escravidão.
- (E) abster-se de atender ao bem comum, mesmo que em conformidade com a legalidade administrativa.

12

À luz do disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e da ética na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa refere-se exclusivamente à conformidade com a lei, sem qualquer vínculo com valores éticos.
- (B) A moralidade administrativa, como princípio constitucional, impõe ao agente público apenas deveres legais, não abrangendo condutas pautadas pela integridade e ética.
- (C) A atuação ética do agente público é uma virtude pessoal que não guarda relação com a efetividade dos serviços públicos prestados à coletividade.
- (D) O princípio da moralidade vincula a Administração Pública a padrões éticos de conduta, exigindo que os agentes atuem com integridade, visando ao interesse público.
- (E) A má aplicação de recursos públicos, embora reprovável moralmente, não fere diretamente os princípios da Administração Pública previstos na Constituição.

13

Considerando a atuação da Administração Pública e a necessidade de observância aos princípios constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I – O agente público deve pautar-se por valores éticos e pela integridade, mesmo na ausência de previsão legal expressa sobre determinada conduta.
- II – A eficiência administrativa depende diretamente da construção de um ambiente ético e livre de corrupção.
- III – A observância ao princípio da moralidade é dever exclusivo dos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

14

Acerca do princípio da publicidade e da transparência na Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade tem aplicação apenas nas licitações e contratos administrativos, sendo dispensável em atos de natureza interna ou organizacional.
- (B) A Lei n. 12.527/2011 garante o acesso à informação apenas para os órgãos da Administração direta federal, não se aplicando aos demais entes da Federação.

- (C) A divulgação de atos administrativos como regulamentos, licitações e contratos é facultativa, cabendo ao gestor público decidir se há ou não interesse em sua publicação.
- (D) O avanço democrático e a edição da Lei de Acesso à Informação reforçaram o dever da Administração Pública de garantir ao cidadão acesso às informações de interesse coletivo ou individual, como expressão do princípio da publicidade.
- (E) O princípio da publicidade tem como finalidade exclusiva a preservação da intimidade e da vida privada dos administradores públicos, justificando o sigilo de documentos administrativos.

Diversidade e inclusão na sociedade.

Aline Menezes

15

Os desafios para a inclusão da população indígena no acesso a políticas públicas incluem fatores como

- (A) a ausência de legislações específicas para o atendimento diferenciado de populações indígenas.
- (B) a homogeneização cultural imposta pelas políticas públicas e a dificuldade de acesso em regiões remotas.
- (C) a inexistência de movimentos sociais indígenas que reivindiquem seus direitos.
- (D) a total integração dos povos indígenas ao mercado de trabalho formal e urbano.
- (E) a universalização das políticas públicas de maneira equitativa e culturalmente adequada.

16

Considerando as disposições do Decreto n. 7.053/2009, que trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina a obrigatoriedade da institucionalização das pessoas em situação de rua como forma de reinserção social.
- (B) Estabelece que a população em situação de rua tem acesso prioritário apenas a serviços de saúde.
- (C) Reconhece a população em situação de rua como grupo vulnerável, com direito a atendimento integral, intersetorial e humanizado.
- (D) Veda a participação de representantes da população em situação de rua na formulação de políticas públicas.
- (E) Aplica-se exclusivamente a pessoas em situação de rua com dependência química diagnosticada.

17

Entre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se

- (A) a ampla participação nas decisões políticas locais e o pleno reconhecimento de seus direitos territoriais.
- (B) a ausência de discriminação racial e de obstáculos ao acesso às políticas públicas.
- (C) a moradia em áreas de alto desenvolvimento urbano, com acesso facilitado a equipamentos públicos.
- (D) a lentidão na titulação dos territórios, a invisibilidade estatística e o racismo estrutural.
- (E) o excesso de políticas afirmativas voltadas a esse grupo, que geram dependência social.

18

Durante um debate sobre envelhecimento ativo, uma gestora pública afirma que os idosos devem “aproveitar a aposentadoria em casa e se afastar das decisões coletivas para descansar”. Essa afirmação:

- (A) reflete corretamente a função da aposentadoria como instrumento de proteção e isolamento.
- (B) está alinhada com o conceito de envelhecimento ativo promovido pela OMS.
- (C) reforça estereótipos de inutilidade e contribui para a exclusão política da pessoa idosa.
- (D) está de acordo com a lógica da proteção previdenciária como substituição da cidadania ativa.
- (E) valoriza a autonomia da pessoa idosa ao incentivá-la ao descanso pleno.

Administração pública federal

Bruno Eduardo

19

Durante auditoria realizada por órgão de controle interno, identificou-se a contratação de empresa para fornecimento de serviços gráficos sem processo licitatório, sob alegação de urgência, sem a devida fundamentação legal. O relatório final apontou ofensa a princípios que regem a Administração Pública. Com base na situação hipotética e nos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade exige apenas que o ato administrativo esteja de acordo com a vontade política da autoridade competente.
- (B) A legalidade administrativa permite que a Administração Pública atue com liberdade sempre que não houver lei específica proibindo a conduta.
- (C) A impessoalidade garante o uso do cargo público como instrumento de promoção institucional, desde que vinculado à publicidade governamental.

- (D) A publicidade dos atos administrativos garante a transparência e o controle social da atuação estatal.
- (E) O princípio da eficiência aplica-se apenas aos servidores em estágio probatório, sendo irrelevante para o restante da Administração.

20

Em uma aula de Escola de Governo, um professor apresentou as principais reformas administrativas no Brasil ao longo do século XX e início do XXI, com foco na profissionalização da burocracia, descentralização e introdução do modelo gerencial. Um aluno indagou sobre os marcos normativos dessas reformas. Com base na evolução das reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, introduziu diretrizes do modelo gerencial, como contratos de gestão e foco em resultados.
- (B) O DASP, criado na década de 1960, instituiu o modelo de administração gerencial, priorizando resultados e contratos de gestão.
- (C) O Decreto-Lei n. 200/1967 fortaleceu a centralização da Administração Pública e ampliou os órgãos da Presidência da República.
- (D) A Constituição de 1988 reduziu a autonomia administrativa e criou mecanismos de hipercentralização orçamentária.
- (E) A reforma de 1936 instituiu as agências reguladoras, com vistas à fiscalização técnica e autônoma de serviços públicos essenciais.

21

Uma comissão interna de reestruturação organizacional em uma autarquia federal debateu a natureza das entidades públicas e a diferença entre órgãos, autarquias, empresas estatais e fundações. Dúvidas surgiram quanto ao regime jurídico e à autonomia de cada entidade. Com base na estrutura organizacional da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos públicos integram a administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.
- (B) As autarquias são entidades da administração direta, com autonomia funcional, mas sem patrimônio próprio.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a administração indireta.
- (D) As fundações públicas são sempre de direito público e regem-se pelas mesmas normas das autarquias.
- (E) A administração direta é composta exclusivamente por empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo.

22

No planejamento das ações orçamentárias de um ministério, a equipe de servidores utilizou os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal para integrar dados de gestão de pessoas, finanças, convênios e compras públicas. Um novo servidor questionou as funções de cada sistema. Com base nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema informatizado utilizado exclusivamente para controle de pessoal e de folha de pagamento.
- (B) O SIGPlan é utilizado para planejamento e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento governamental.
- (C) O SIAPE é o sistema que gerencia as contratações públicas, incluindo registro de preços e execução de contratos.
- (D) O SICONV é utilizado exclusivamente pela Receita Federal para lançamento e acompanhamento de tributos federais.
- (E) O SIOrg é o sistema responsável pela elaboração de indicadores de desempenho da administração indireta.

Fundamentos das finanças públicas

Anderson Ferreira

23

A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, com destaque para a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Esse conteúdo é referente ao

- (A) anexo de controle orçamentário.
- (B) anexo específico.
- (C) anexo de riscos fiscais.
- (D) anexo de metas fiscais.
- (E) texto principal.

24

Para a aprovação das emendas parlamentares individuais impositivas, a Constituição estabeleceu limites percentuais diferentes para cada Casa do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o limite estipulado.

- (A) 1,45% caberão às emendas de Deputados.
- (B) 0,55% caberão às emendas de Senadores.
- (C) 1,2% caberão às emendas de Deputados e Senadores.
- (D) 1,2% caberão às emendas de Senadores.
- (E) 1,55% caberão às emendas de Deputados.

25

A Constituição de 1988 enumera uma série de vedações para o orçamento público. Das alternativas a seguir, assinale aquela que **não representa** uma vedação orçamentária.

- (A) Iniciar programas não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) Remanejar recursos de tecnologia de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- (C) Conceder créditos ilimitados.
- (D) Utilizar recursos do orçamento fiscal para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (E) Instituir, sem prévia autorização legislativa, fundos de qualquer natureza.

26

Com relação às finanças públicas e aos orçamentos dispostos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para modificar o projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, em Plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (B) Cabe ao plano plurianual estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- (C) A exoneração de servidores não estáveis é uma das medidas a serem adotadas pelos entes federativos para o cumprimento de limites de despesas com pessoal.
- (D) Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais.
- (E) Uma das funções do orçamento da seguridade social é de reduzir as desigualdades inter-regionais, de acordo com o critério populacional.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A respeito das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de TICs reduziu a necessidade de qualificação dos trabalhadores, pois as máquinas passaram a realizar todas as funções especializadas.
- (B) A digitalização das atividades eliminou a informalidade no mercado de trabalho, trazendo estabilidade e direitos a todos os trabalhadores.
- (C) O trabalho remoto, viabilizado pelas TICs, trouxe novas possibilidades de organização laboral, exigindo adaptação de empresas e trabalhadores.
- (D) A evolução tecnológica no ambiente de trabalho não influenciou os modelos de gestão ou formas de contratação.
- (E) A automação tem reduzido a produtividade, já que trabalhadores resistem ao uso de novas ferramentas digitais.

28

As novas tecnologias digitais têm promovido impactos variados nas relações de trabalho. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete uma consequência relevante dessas transformações.

- (A) As tecnologias reduziram a demanda por qualificação continuada, pois o foco passou a ser apenas em habilidades técnicas básicas.
- (B) O surgimento da gig economy demonstra como a tecnologia permitiu novas formas de vínculo, com destaque para a estabilidade empregatícia.
- (C) A digitalização do trabalho eliminou a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital dos trabalhadores.
- (D) A conectividade e o uso de plataformas digitais possibilitaram maior flexibilidade no trabalho, mas também trouxeram desafios quanto à regulação e aos direitos trabalhistas.
- (E) As transformações tecnológicas não tiveram impacto significativo sobre as relações de trabalho no setor público.

29

Análise as assertivas a seguir sobre o uso de Inteligência Artificial no setor público e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A automação de processos administrativos no setor público pode gerar ganhos de produtividade, liberando servidores para atividades de maior complexidade.
 - () Sistemas baseados em IA, por sua própria natureza, são neutros e não reproduzem vieses ou discriminações nos serviços prestados ao cidadão.
 - () A utilização de chatbots no atendimento público digital elimina a necessidade de canais de atendimento presenciais e humanos.
- (A) V – V – V
 (B) V – F – F
 (C) F – F – F
 (D) F – V – F
 (E) V – V – F

30

Sobre os desafios associados à adoção de novas tecnologias no setor público, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A introdução de tecnologias digitais no setor público elimina a necessidade de capacitação dos servidores, uma vez que os sistemas são projetados para serem intuitivos e autônomos.
- (B) O uso de algoritmos preditivos na gestão pública pode implicar riscos de discriminação e violação de direitos fundamentais, especialmente quando não há transparência nos critérios de decisão automatizada.
- (C) A dependência excessiva de plataformas tecnológicas proprietárias fortalece a soberania digital do Estado, pois garante suporte técnico e atualizações constantes.
- (D) A adoção de tecnologias emergentes no setor público tem como principal risco a obsolescência de hardware, não sendo relevante o risco de vazamento de dados pessoais.
- (E) A interoperabilidade entre sistemas públicos é garantida automaticamente com a migração para tecnologias baseadas em nuvem, dispensando esforços de padronização e governança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo Temático 1 – Seguridade Social

Thiago Bazi

31

A Constituição Federal de 1988 inovou ao estabelecer um sistema de Seguridade Social com base em princípios que articulam os direitos à saúde, à previdência e à assistência social de forma integrada. Entretanto, a aplicação prática desses princípios tem gerado desafios frente à lógica fiscal e à fragmentação administrativa.

À luz do artigo 194 da CF/1988, assinale a alternativa que contém uma afirmação incompatível com os princípios constitucionais da seguridade social.

- (A) O princípio da diversidade da base de financiamento implica que a seguridade social pode ser custeada por múltiplas fontes, incluindo contribuições sociais específicas e transferências da União.
- (B) O princípio da equidade no custeio assegura que o financiamento seja proporcional às capacidades contributivas dos diferentes setores da sociedade.
- (C) O princípio da universalidade do atendimento exige que todos os brasileiros, independentemente de contribuição prévia, tenham acesso integral a todos os serviços da seguridade social.
- (D) O princípio da seletividade orienta a concessão de benefícios e serviços com base em critérios de relevância social e capacidade orçamentária.
- (E) O princípio da descentralização administrativa com direção única pressupõe a participação de entes federativos e da sociedade na gestão dos serviços, ainda que sob coordenação centralizada.

32

Durante a tramitação de reformas que alteram o financiamento e a abrangência da seguridade social, parlamentares e estudiosos invocam princípios constitucionais que organizam essa política pública. O artigo 194 da Constituição Federal estabelece fundamentos que garantem um modelo solidário e descentralizado, em contraposição a uma lógica exclusivamente contributiva. Com base nesse dispositivo constitucional, assinale a alternativa que apresenta uma interpretação inadequada quanto ao financiamento e organização da seguridade social.

- (A) A equidade no financiamento permite distinguir a forma de contribuição entre trabalhadores urbanos, empregadores rurais e entes públicos, respeitando suas realidades econômicas.
- (B) A diversidade da base de financiamento autoriza o uso de receitas de concursos de prognósticos e contribuições sobre o faturamento de empresas, como fontes legítimas de custeio.
- (C) A universalidade da cobertura e do atendimento, enquanto princípio, restringe-se aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, não alcançando as demais políticas da seguridade.
- (D) A descentralização administrativa com direção única permite a gestão compartilhada da seguridade entre os entes federativos, com participação de instâncias representativas da sociedade.
- (E) A solidariedade intergeracional e a lógica redistributiva estão implicitamente presentes na previsão constitucional da equidade e diversidade de custeio.

33

Durante uma reunião da Comissão de Finanças de uma empresa multinacional, a diretoria discutia estratégias para reduzir os custos trabalhistas e previdenciários no Brasil. Um dos gerentes sugeriu demitir parte dos empregados celetistas e substituí-los por trabalhadores autônomos ou cooperados, com contratos de prestação de serviço, alegando que essa medida eliminaria a necessidade de recolher contribuições previdenciárias patronais à seguridade social. Outro diretor alertou que tal prática poderia violar normas constitucionais sobre o custeio da seguridade.

Com base no artigo 195 da Constituição Federal de 1988 e nos princípios da seguridade social previstos no artigo 194, assinale a alternativa correta sobre o caso apresentado.

- (A) A substituição de empregados por autônomos e cooperados, desde que legalmente contratados, exime a empresa da obrigação de contribuir para a seguridade social, conforme o princípio da seletividade contributiva.

- (B) A empresa não está obrigada a contribuir para a seguridade social no caso de contratação de cooperativas, pois estas possuem natureza jurídica própria e independem do vínculo empregatício.
- (C) O vínculo empregatício é requisito indispensável para que haja obrigação contributiva da empresa, sendo facultativo o recolhimento nos casos de serviços terceirizados ou eventuais.
- (D) A empresa está obrigada a contribuir para a seguridade social mesmo quando contrata cooperativas de trabalho ou autônomos, conforme previsto no art. 195, inciso I e parágrafo 4º da CF/1988.
- (E) A Constituição veda qualquer forma de contribuição para a seguridade social fora da relação celetista, resguardando o princípio da unicidade contratual e da gestão centralizada.

34

Durante um seminário nacional sobre reforma do Estado e proteção social, um economista defendeu a adoção de um modelo de política social baseado na focalização dos programas em grupos mais vulneráveis, com condicionalidades e avaliação de desempenho para recebimento de benefícios. Para ele, essa seria a forma mais eficiente de distribuir os escassos recursos públicos e garantir que o Estado atue de forma seletiva, evitando “gastos excessivos” com políticas universais. Em resposta, uma pesquisadora da área de Serviço Social afirmou que tal modelo reforça a perspectiva residual da política social, em detrimento de sua função de garantia de direitos. Considerando as vertentes teóricas da política social, assinale a alternativa que analisa de forma correta o debate apresentado.

- (A) A proposta do economista alinha-se à perspectiva redistributiva universalista, que busca garantir igualdade de condições para todos os cidadãos, sem distinção de renda ou classe.
- (B) A crítica da pesquisadora baseia-se na concepção neoliberal de política social como mecanismo de justiça compensatória e equidade meritocrática.
- (C) A abordagem defendida pelo economista expressa a vertente residual da política social, que a entende como complementar à ação do mercado e da família, restringindo sua atuação a situações de falha ou carência extrema.
- (D) A pesquisadora defende a perspectiva funcionalista da política social, segundo a qual o Estado deve intervir apenas quando a desigualdade atinge níveis insuportáveis para a ordem social.
- (E) A proposta do economista reflete a concepção marxista da política social como instrumento de emancipação da classe trabalhadora e construção da cidadania plena.

35

Durante uma aula de pós-graduação em políticas sociais comparadas, a professora propôs um debate entre os alunos sobre os fundamentos históricos dos sistemas de proteção social na Europa. Um grupo apresentou como exemplo o modelo alemão de seguro social contributivo, criado no final do século XIX sob o governo de Bismarck, defendendo que esse tipo de proteção estava vinculado ao vínculo empregatício e à lógica do seguro social. Outro grupo contrapôs com o modelo britânico pós-Segunda Guerra, inspirado no relatório de William Beveridge, que priorizava políticas universais, financiadas por impostos, com foco na erradicação da pobreza. Com base nos fundamentos dos modelos bismarckiano e beveridgiano, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo bismarckiano propõe políticas universais e gratuitas, baseadas na cidadania e na redistribuição ampla de renda, enquanto o modelo beveridgiano é restrito à população economicamente ativa.
- (B) O modelo beveridgiano é centrado na contribuição previdenciária individual e no princípio da equivalência, enquanto o bismarckiano visa a universalidade e a gratuidade dos serviços sociais.
- (C) Ambos os modelos têm como base o princípio da assistência social universal, sendo suas diferenças apenas administrativas e não conceituais.
- (D) O modelo bismarckiano estrutura-se sobre o seguro social contributivo e o vínculo empregatício, enquanto o modelo beveridgiano fundamenta-se na cidadania e na universalização da proteção social.
- (E) O modelo beveridgiano é historicamente anterior ao bismarckiano e foi adotado em países de tradição corporativista como Alemanha e Áustria.

36

Ao estudar a origem da seguridade social no Brasil, um candidato a concurso público observou que as primeiras iniciativas de proteção social surgiram ainda na Primeira República, mas ganharam maior institucionalização durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Essa fase foi marcada por um viés seletivo, corporativo e vinculado ao trabalho formal, revelando influência direta do modelo bismarckiano.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa uma característica da política de proteção social brasileira em sua fase inicial (décadas de 1920 a 1940).

- (A) A universalização dos direitos sociais foi garantida desde a Constituição de 1934, com cobertura estendida a trabalhadores rurais e urbanos.
- (B) O sistema de proteção social baseava-se no princípio da cidadania e da universalidade, inspirado no modelo beveridgiano britânico.

(C) Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), criados nos anos 1930, eram organizados segundo categorias profissionais e financiados por contribuições tripartites.

(D) A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1934, instituiu um sistema de seguridade social universal e gratuito para todos os brasileiros.

(E) A assistência social se estruturou como política pública estatal autônoma desde os anos 1920, com base em direitos sociais garantidos por lei.

37

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na trajetória da proteção social no Brasil. Superando a lógica fragmentada, assistencialista e excludente do período anterior, o texto constitucional instituiu um novo paradigma de seguridade social, articulando saúde, previdência e assistência em uma concepção ampliada de cidadania.

Com base nessa mudança histórica, assinale a alternativa correta sobre o novo modelo de seguridade social inaugurado pela Constituição de 1988.

- (A) A Constituição restringiu os benefícios da seguridade aos trabalhadores com vínculo formal e contribuição regular, preservando o modelo corporativo.
- (B) O financiamento da seguridade social passou a ser exclusivo da União, com base em impostos diretos, desvinculando-se das contribuições sociais.
- (C) A Constituição de 1988 estabeleceu a seguridade social como um sistema contributivo unificado, voltado à cobertura previdenciária dos trabalhadores urbanos.
- (D) A Carta de 1988 instituiu um modelo de seguridade social baseado em universalidade, solidariedade e diversidade de financiamento, garantindo proteção como direito de cidadania.
- (E) A saúde pública permaneceu vinculada ao Ministério da Previdência Social, com acesso restrito aos segurados da previdência e seus dependentes.

Eixo Temático 1 – Seguridade Social**Fernando Maciel****38**

A Lei n. 8.212/1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio, estabelece as fontes de financiamento desse sistema. Sobre as contribuições sociais previstas nesta lei e na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) A contribuição do produtor rural, pessoa física, incide sobre a comercialização da sua produção e é de responsabilidade exclusiva do adquirente, não havendo previsão de o próprio produtor ser o responsável pelo recolhimento de sua contribuição.
- (B) As contribuições sociais do segurado empregado e do trabalhador avulso são calculadas mediante aplicação de alíquotas progressivas sobre o salário de contribuição, não limitado ao teto do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) É vedada a instituição de novas fontes de custeio para a seguridade social, além das já expressamente previstas na Constituição Federal e na Lei n. 8.212/1991.
- (D) A Lei n. 8.212/1991 prevê a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos, destinando-se exclusivamente ao financiamento da saúde.
- (E) A contribuição do empregador incide sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

39

Os direitos sociais, previstos no art. 6º da Constituição Federal de 1988, representam um avanço na garantia da dignidade da pessoa humana. Dentre as opções abaixo, assinale aquela que apresenta um direito social expressamente previsto no referido artigo.

- (A) O direito de greve, exercido nos termos e limites definidos em lei específica.
- (B) A livre associação profissional ou sindical, observado o disposto na lei.
- (C) O direito ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência aos desamparados.
- (D) A inviolabilidade da intimidade e da vida privada.
- (E) O direito à propriedade privada e a herança.

40

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 194, os princípios e objetivos da Seguridade Social. Considerando esses preceitos, analise as afirmativas a seguir:

- I – A Seguridade Social visa a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social.
- II – A universalidade da cobertura e do atendimento é um dos objetivos da Seguridade Social.
- III – A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais é um princípio que rege a Seguridade Social.
- IV – A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços é um princípio que deve ser observado.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, III e IV, apenas.

41

O art. 7º da Constituição Federal de 1988 elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre os direitos sociais previstos nesse artigo, qual deles está diretamente relacionado com a garantia de subsistência e proteção social em caso de incapacidade para o trabalho?

- (A) Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- (B) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (C) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- (D) Aposentadoria, observadas as regras do regime previdenciário a que pertencer.
- (E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

42

O art. 195 da Constituição Federal de 1988 estabelece as fontes de financiamento da Seguridade Social. Sobre as contribuições sociais e o custeio da Seguridade Social, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) As contribuições sociais podem ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- (B) As contribuições sociais somente poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- (C) As contribuições sociais, de natureza tributária, não podem ser instituídas por medida provisória, por se tratar de tributo com finalidade específica.
- (D) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como regra, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (E) As contribuições sociais são destinadas a garantir a manutenção e expansão da Seguridade Social, abrangendo saúde, previdência e assistência social.

Eixo Temático 2 – Saúde

Natale Souza

43

Sobre o processo histórico de constituição das políticas públicas de saúde no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) O Instituto Soroterápico Federal foi criado na década de 1940, já com base nos princípios da universalidade e integralidade previstos na Constituição de 1934.
- (B) A Lei Eloy Chaves, de 1923, instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), marcando o início da previdência social no Brasil, voltada inicialmente para trabalhadores do setor rural e autônomo.
- (C) Antes da Lei Eloy Chaves, o financiamento dos institutos sanitários era garantido por um sistema de contribuição obrigatória de empregados e empregadores, com gestão tripartite entre Estado, trabalhadores e patrões.
- (D) O Instituto Soroterápico Federal foi um marco na institucionalização das ações de saúde pública no Brasil, atuando especialmente no combate a epidemias e na produção de soros e vacinas.
- (E) O modelo previdenciário brasileiro foi estruturado desde o início como um sistema universal de acesso à saúde e à aposentadoria, garantindo cobertura para toda a população, independentemente de vínculo empregatício.

44

O Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido através da Constituição Federal de 1988, apresenta como atribuição, exceto:

- (A) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- (B) Executar ações de saneamento básico e ambiental.
- (C) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- (D) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- (E) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

45

Considerando a Lei n. 8.080/1990 e suas alterações, assinale a alternativa que apresenta apenas objetivos do SUS:

- (A) Identificar e divulgar fatores determinantes e condicionantes da saúde; atenção humanizada; participação da comunidade.
- (B) Integralidade; igualdade; atenção humanizada.
- (C) Identificar e divulgar fatores determinantes e condicionantes da saúde e a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- (D) Centralização; atenção humanizada; integralidade.
- (E) Justiça social; integridade; eficiência.

46

A respeito da alocação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), analise os itens a seguir:

- I - Despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- II - Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder executivo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- III - Investimentos previstos no Plano anual do Ministério da Saúde.
- IV - Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Está (ão) correto (s)

- (A) apenas I.
- (B) apenas I e II.
- (C) apenas II e III.
- (D) apenas I e IV.
- (E) todos.

47

A participação social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) é um pilar fundamental, garantido por legislação específica. Nesse contexto, os Conselhos de Saúde desempenham um papel crucial. Considerando as diretrizes estabelecidas pela Lei n. 8.142/1990 e pela Resolução CNS n. 453/2012, analise as afirmativas a seguir:

- I – Os Conselhos de Saúde possuem caráter meramente consultivo, sendo suas decisões apenas recomendações aos gestores, sem poder vinculante.
- II – A composição dos Conselhos de Saúde é paritária, garantindo que 50% das vagas sejam destinadas aos representantes dos usuários do SUS.
- III – As funções de membro do Conselho de Saúde são remuneradas, dada a relevância pública do seu exercício, conforme previsto na legislação.
- IV – Os Conselhos de Saúde atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, e suas decisões devem ser homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

48

A coexistência do paradigma biotecnocientífico e da “cultura dos limites” gera desafios éticos e políticos, especialmente no que tange à alocação justa de recursos e à avaliação da efetividade das tecnologias. Considerando as discussões sobre a Bioética da Avaliação Tecnológica, qual das seguintes situações representa uma dimensão ética relevante da “incorporação heterodoxa” de tecnologias médicas?

- (A) A utilização de uma tecnologia em situações idênticas às dos ensaios clínicos que documentaram sua eficácia.
- (B) A adoção de tecnologias que comprovadamente promovem a maior soma de benefícios e bem-estar para a população.
- (C) A introdução de tecnologias novas antes de terem sido bem avaliadas, gerando riscos para a saúde e sobrecarga de custos nos sistemas sanitários.
- (D) A priorização de tecnologias de baixo custo e alta efetividade para otimizar a alocação de recursos.
- (E) A descontinuação de tecnologias que se mostram ineficazes ou sem relação custo-benefício favorável após avaliação rigorosa.

49

O acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica pressupõe, cumulativamente, exceto:

- (A) Estar o usuário assistido por ações e serviços de saúde do SUS.
- (B) Ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS.
- (C) Estar a prescrição em conformidade com a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas ou com a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos.
- (D) Ter a dispensação ocorrido em unidades indicadas pela direção do SUS.
- (E) Estar o usuário com caderneta atualizada de vacinação.

50

O modelo médico assistencial privatista, embora não contemple o conjunto de problemas de saúde da população, ainda é o mais prestigiado pela sociedade, pelos profissionais e políticos no Brasil. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta uma característica incorreta do modelo assistencial privatista.

- (A) Seu agente é o médico, de preferência especialista, complementado pelos paramédicos.
- (B) Os meios de trabalho são as tecnologias médicas.
- (C) As formas de organização são as redes de serviços, com destaque para hospitais.
- (D) Fundamentado na Medicina Flexneriana.
- (E) Tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária de expansão.

51

A política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. Considerando essa importante política, assinale a alternativa que apresenta um dos seus temas prioritários.

- (A) Alimentação adequada e saudável
- (B) Felicidade.
- (C) Ética.
- (D) desenvolvimento sustentável.
- (E) Equidade.

52

Acerca das ações e dos serviços contemplados no âmbito da Atenção Especializada, analise os itens a seguir:

- I - A rede de urgência e emergência.
- II - Os serviços de reabilitação.
- III - Os serviços de atenção domiciliar.
- IV - A rede hospitalar.
- V - Os serviços de atenção materno-infantil.

Está (ão) correto (s)

- (A) apenas I e III.
- (B) apenas I, II e V.
- (C) apenas I, III e IV.
- (D) apenas I, II, III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

53

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) tem por objetivo geral contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. Sobre o PNSP, assinale a alternativa que apresenta o correto conceito de evento adverso.

- (A) Redução, a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado ao cuidado de saúde.
- (B) Comprometimento da estrutura ou função do corpo e/ou qualquer efeito dele oriundo, incluindo-se doenças, lesão, sofrimento, morte, incapacidade ou disfunção, podendo, assim, ser físico, social ou psicológico.
- (C) Evento ou circunstância que poderia ter resultado, ou resultou, em dano desnecessário ao paciente.
- (D) Incidente que resulta em dano ao paciente.
- (E) Cultura na qual todos os trabalhadores, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores, assumem responsabilidade pela sua própria segurança, pela segurança de seus colegas, pacientes e familiares.

54

“Uma forma de articulação de recursos e das práticas de produção de saúde, orientadas por diretrizes clínicas, entre as unidades de atenção de uma dada região de saúde, para a condução oportuna, ágil e singular, dos usuários pelas possibilidades de diagnóstico e terapia, em resposta às necessidades epidemiológicas de maior relevância”. Considerando a Resolução CNS n. 588, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), é correto afirmar que se trata do conceito de

- (A) vigilância ambiental em saúde.
- (B) ações em saúde pública.
- (C) modelo de atenção à saúde.
- (D) linha de cuidado.
- (E) rede de atenção à saúde.

Eixo Temático 3 – Assistência Social

Aline Menezes

55

Com base na Lei n. 8.742/1993 (LOAS), e em especial no art. 6º, que trata da organização da gestão das ações na área de assistência social sob o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), analise as afirmativas a seguir:

- I – O SUAS tem como um de seus objetivos consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos, que, de maneira articulada, executam a proteção social de caráter contributivo.
- II – O SUAS organiza-se como um sistema descentralizado e participativo, cuja base de organização são os territórios, e sua instância coordenadora é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- III – É atribuição da instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o uso da identidade visual do SUAS, devendo essa identidade prevalecer na identificação das unidades públicas e das organizações vinculadas ao sistema.
- IV – A integração da rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, no SUAS, deve ocorrer conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto no art. 6º-C da LOAS.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

56

O financiamento das políticas sociais no Brasil envolve a atuação articulada entre os entes federativos, e está diretamente relacionado à garantia de direitos constitucionais. Mudanças no regime fiscal e na gestão dos recursos públicos têm impacto direto sobre a capacidade do Estado de implementar tais políticas.

Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir:

- I – O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é financiado exclusivamente pela União, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sendo dispensada a participação de estados e municípios no cofinanciamento.
- II – O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui um direito assistencial, mas exige que o beneficiário tenha contribuído ao regime previdenciário por no mínimo 15 anos.
- III – A Emenda Constitucional n. 95/2016 impôs um teto para o crescimento das despesas primárias do governo federal, limitando os gastos sociais ao reajuste inflacionário, o que

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

57

Para que se tenha os repasses aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata a Lei n. 8.742/1993, é necessário que haja o cumprimento de algumas condições, assinale a assertiva correspondente:

- (A) Conselho de Assistência Social, Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social.
- (B) Conselho tutelar, conselho de assistência social e CRAS.
- (C) CRAS, CREAS e Centro Pop.
- (D) Conselho municipal de assistência, observatório de população em situação de rua.
- (E) CONASS, CNAS e CONASEMS.

58

Antônio tem síndrome de Down e recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) há cinco anos. Recentemente, começou a trabalhar como empacotador de compras em um supermercado em Brasília e receberá de salário 1 salário mínimo. Nesse caso, Antônio:

- (A) Não poderá trabalhar.
- (B) Não poderá assinar a carteira de trabalho.
- (C) Perderá o BPC.
- (D) Terá que escolher entre o salário e o BPC.
- (E) Terá direito ao auxílio inclusão.

59

Avalie as assertivas a seguir sobre os serviços ofertados na proteção social básica e especial e marque a correta.

- (A) PAIF é ofertado pela proteção social especial, e SCFV é ofertado pela proteção social básica.
- (B) Serviço de calamidade pública é ofertada na proteção social básica, e o serviço de acolhimento é ofertado na proteção social especial.
- (C) SCFV e PAIF são ofertados na proteção social básica, e abordagem social é ofertado na proteção social especial.
- (D) O CREAS é um serviço que atende pessoas em situação de violação de direitos humanos.
- (E) O CRAS é um serviço que atende pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

60

Acerca da proteção dos direitos civis e das garantias legais das pessoas com deficiência, conforme a Lei n. 13.146/2015, assinale a alternativa correta.

- (A) A plena capacidade civil da pessoa com deficiência é condicionada à apresentação de laudo técnico que comprove autonomia funcional para atos da vida civil.
- (B) A pessoa com deficiência poderá ser submetida à esterilização compulsória, desde que autorizada judicialmente e justificada por laudo médico.
- (C) É dever exclusivo dos órgãos públicos zelar pela comunicação de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- (D) O direito à guarda, à tutela e à adoção pode ser exercido pela pessoa com deficiência, inclusive como adotante, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- (E) Juízes e tribunais não estão obrigados a agir diante de eventuais violações aos direitos da pessoa com deficiência que cheguem ao seu conhecimento, salvo quando provocado pelo Ministério Público.

61

A respeito da atenção à saúde da pessoa com deficiência, conforme disposto na Lei n. 13.146/2015, assinale a alternativa correta.

- (A) A atuação dos profissionais de saúde que atendem pessoas com deficiência deve ser norteadas exclusivamente por normas técnicas, sem interferência de aspectos subjetivos como identidade de gênero ou dignidade.
- (B) O acesso à saúde da pessoa com deficiência será garantido apenas nos serviços especializados de média e alta complexidade, nos quais haja equipe de reabilitação. A participação da pessoa com deficiência na formulação das políticas públicas de saúde é facultativa e depende de autorização prévia do Conselho Nacional de Saúde.
- (C) A participação da pessoa com deficiência na formulação das políticas públicas de saúde é facultativa e depende de autorização prévia do Conselho Nacional de Saúde
- (D) A atenção à saúde da pessoa com deficiência deve abranger ações de diagnóstico precoce, atendimento domiciliar, reabilitação e fornecimento de recursos como órteses e próteses.
- (E) As diretrizes sobre a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência não se aplicam às instituições privadas, ainda que estas atuem em parceria com o SUS ou recebam recursos públicos.

62

De acordo com a Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis. Dentre essas ações, NÃO se inclui:

- (A) Acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro.
- (B) Promoção de práticas alimentares adequadas e vigilância nutricional da mulher e da criança.
- (C) Restrição da triagem neonatal aos casos comprovadamente genéticos ou hereditários.
- (D) Identificação e controle da gestante de alto risco.
- (E) Oferecimento de ações e serviços para prevenir danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.

63

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), sobre o direito à educação da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) A oferta de educação bilíngue em Libras e em português escrito deve ser limitada a instituições especializadas, não sendo obrigatória nas escolas inclusivas.
- (B) A formação continuada de professores e a oferta de atendimento educacional especializado são deveres exclusivos da rede pública de ensino.
- (C) As instituições privadas de ensino podem cobrar valores adicionais pela oferta de profissionais de apoio escolar ou pelo uso de tecnologias assistivas.
- (D) A atuação de tradutores e intérpretes de Libras na educação básica exige, no mínimo, ensino médio completo e certificação de proficiência na Libras.
- (E) É vedada a participação da família do estudante com deficiência nas decisões pedagógicas, a fim de evitar interferência externa no ambiente escolar.

64

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), no que se refere à moradia da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva de unidades habitacionais para pessoas com deficiência nos programas públicos ou subsidiados deve ser de, no mínimo, 5% do total, sendo vedada a adaptação das demais unidades.
- (B) A prioridade de aquisição de imóvel pela pessoa com deficiência poderá ser exercida quantas vezes forem necessárias, independentemente do número de imóveis já adquiridos.
- (C) A garantia de acessibilidade é obrigatória apenas nas áreas comuns dos edifícios multifamiliares, não sendo exigida nas unidades residenciais. O direito à moradia da pessoa com deficiência inclui a previsão de acessibilidade, equipamentos urbanos acessíveis e compatibilidade de financiamento com sua renda familiar.
- (D) O direito à moradia da pessoa com deficiência inclui a previsão de acessibilidade, equipamentos urbanos acessíveis e compatibilidade de financiamento com sua renda familiar.
- (E) As unidades habitacionais reservadas para pessoas com deficiência, caso não ocupadas, devem permanecer desocupadas até nova chamada pública exclusiva.

65

Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), assinale a alternativa correta sobre os direitos trabalhistas dessa população:

- (A) A pessoa com deficiência pode ser excluída de bonificações e incentivos profissionais, desde que a justificativa seja técnica e aprovada pelo setor de recursos humanos da empresa.
- (B) É vedada a exigência de aptidão plena da pessoa com deficiência como critério para admissão, mas tal exigência é permitida nas fases de promoção ou ascensão profissional.
- (C) A acessibilidade em cursos de capacitação é obrigatória apenas nos casos em que a empresa atue no setor educacional ou de formação profissional.
- (D) As políticas públicas devem garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no trabalho, incluindo o fomento ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo.
- (E) A igualdade de remuneração para pessoas com deficiência só se aplica quando estas ocuparem cargos de liderança ou gestão, com desempenho avaliado superior.

66

A respeito da habilitação e reabilitação profissional da pessoa com deficiência, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

- (A) A habilitação profissional deve ser realizada exclusivamente em instituições públicas especializadas, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho.
- (B) A reabilitação profissional só poderá ser iniciada mediante avaliação médica pericial emitida por profissional do INSS.
- (C) A habilitação e a reabilitação profissional devem considerar a livre escolha, a vocação e o interesse da pessoa com deficiência, sendo realizadas preferencialmente em ambientes acessíveis e inclusivos.
- (D) A pessoa com deficiência que realiza habilitação profissional em empresa privada não poderá ser considerada para fins de cumprimento da reserva legal de cargos.
- (E) Os serviços de habilitação profissional e reabilitação profissional são exclusivos para pessoas com deficiência com deficiência física motora ou visual.

Eixo Temático 4 – Previdência Social

Fernando Maciel**67**

A Lei Complementar n. 142/2013 regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social. A respeito dos critérios e condições para a concessão desse benefício, assinale a afirmativa incorreta:

- (A) A avaliação da deficiência será médica e funcional.
- (B) A Lei Complementar n. 142/2013 estabelece que a aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência exige o mesmo tempo de contribuição dos demais segurados, mas com redução do fator previdenciário.
- (C) Para a aposentadoria por idade, a pessoa com deficiência deve comprovar 180 meses de contribuição e idade de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, independentemente do grau de deficiência.
- (D) O tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência será considerado para fins de cálculo do tempo total de contribuição, e a conversão entre graus de deficiência é vedada.
- (E) A comprovação da deficiência pressupõe o confronto de um impedimento de longo prazo e as barreiras que a pessoa irá encontrar para viver em sociedade em igualdade de condições.

68

A Lei n. 8.213/1991, em consonância com a Constituição Federal, dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Sobre as finalidades e princípios básicos da política de previdência social, analise as afirmativas a seguir:

- I – A universalidade de cobertura e do atendimento é um princípio que busca abranger o maior número possível de eventos e pessoas.
- II – A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais é um princípio que visa a garantir tratamento igualitário.
- III – A irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários consiste na proibição de qualquer redução nominal do valor dos benefícios em manutenção, assegurando aos benefícios previdenciários também a irredutibilidade do valor real.
- IV – A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços direciona o sistema a atender prioritariamente as necessidades mais urgentes e as pessoas em maior vulnerabilidade.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e IV, apenas.

69

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são sistemas de previdência, estabelecidos pelos entes federativos, para seus respectivos servidores titulares de cargos efetivos. Sobre os RPPS, de acordo com a Constituição Federal e a legislação pertinente, é incorreto afirmar que:

- (A) Os RPPS têm caráter contributivo e solidário, e observam critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (B) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.
- (C) Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, de cargo temporário ou de emprego público são filiados obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Os benefícios dos RPPS são custeados por contribuições do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, e de outras fontes de receita.
- (E) A aposentadoria por incapacidade permanente nos RPPS independe de laudo médico pericial que ateste a incapacidade para o trabalho e a impossibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência.

70

A Lei n. 8.213/1991 define as categorias de segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Dentre as opções abaixo, assinale aquela que apresenta corretamente uma das categorias de segurado obrigatório com sua respectiva característica de filiação.

- (A) Empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial destas, sem fins lucrativos, mas cuja filiação ocorre mediante inscrição voluntária.
- (B) Trabalhador avulso: quem presta serviço a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão de obra, sendo sua filiação automática a partir do início da atividade.
- (C) Contribuinte individual: a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana ou rural, com ou sem fins lucrativos, e cuja filiação se dá por meio de contribuições facultativas.
- (D) Segurado especial: o produtor rural que exerce atividade individualmente ou em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, e cuja filiação depende de recolhimento mensal de contribuição sobre o valor da produção rural.
- (E) Empregado: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob subordinação, e cuja filiação ocorre a partir do primeiro dia de trabalho.

71

A filiação e inscrição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são atos distintos, porém complementares. Analise as afirmativas a seguir sobre a filiação e a inscrição:

- I – A filiação à Previdência Social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada que enquadre a pessoa em uma das categorias de segurado obrigatório.
- II – A inscrição do segurado empregado é formalizada pelo empregador, mediante o preenchimento dos dados necessários no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).
- III – O segurado facultativo é filiado à Previdência Social a partir do momento em que efetua o primeiro recolhimento da contribuição, desde que não possua filiação obrigatória a qualquer regime de previdência.
- IV – A inscrição do segurado especial é realizada no momento da formalização da sua atividade ou, no caso de trabalhador rural, no momento da primeira homologação da sua atividade rural pelo sindicato ou órgão competente.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV. e) I, III e IV, apenas.

72

O segurado facultativo é uma categoria importante do Regime Geral de Previdência Social. Sobre o conceito, características, filiação e inscrição do segurado facultativo, de acordo com a Lei n. 8.213/1991, assinale a afirmativa correta.

- (A) É segurado facultativo todo aquele que não possui renda própria, mas deseja filiar-se ao RGPS, independentemente de idade.
- (B) A filiação como segurado facultativo é permitida à pessoa que já possui filiação obrigatória a outro regime de previdência social, desde que haja acumulação de cargos públicos.
- (C) O estudante que não possui renda própria e se dedica exclusivamente aos estudos pode filiar-se como segurado facultativo, a partir dos 14 anos de idade.
- (D) A filiação do segurado facultativo ocorre automaticamente com a sua inscrição junto à Previdência Social, independentemente do recolhimento da primeira contribuição.
- (E) A dona de casa, o síndico de condomínio não remunerado e o presidiário que não exerce atividade remunerada são exemplos de segurados facultativos.

73

A empresa e o empregador doméstico possuem conceitos previdenciários específicos, diferentes da concepção trabalhista ou societária. Sobre esses conceitos na Lei n. 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), assinale a afirmativa correta.

- (A) Para fins previdenciários, "empresa" é apenas a pessoa jurídica de direito privado que assume o risco de atividade econômica urbana.
- (B) A pessoa física que possuir empregado é considerada "empresa" para fins previdenciários.
- (C) "Empregador doméstico" é a pessoa física ou família que admite a seu serviço empregado doméstico, mas não é considerada "empresa" para fins previdenciários e, portanto, não está sujeita às contribuições patronais.
- (D) A cooperativa, para fins previdenciários, é tratada como "empresa" apenas quando contrata empregados em regime CLT, não se aplicando essa regra para a relação com seus cooperados.
- (E) A equiparação a empresa ocorre somente para o produtor rural pessoa física que comercializa sua produção por meio de pessoa jurídica, não se estendendo a outras situações.

74

A manutenção, a perda e o restabelecimento da qualidade de segurado são cruciais para a concessão de benefícios previdenciários. Sobre a manutenção da qualidade de segurado, analise as afirmativas a seguir, de acordo com a Lei n. 8.213/1991:

- I – O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social mantém a qualidade de segurado por até 12 meses após a cessação das contribuições, não havendo hipóteses de prorrogação desse período.
- II – O período de graça para o segurado que estava em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por incapacidade permanente é estendido até 12 meses após a cessação do benefício.
- III – O período de graça para o segurado desempregado involuntariamente, comprovado por registro no Ministério do Trabalho e Emprego, é de 24 meses.
- IV – O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar mantém a qualidade de segurado por até 3 meses após sua dispensa da incorporação.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

75

O Plano de Benefícios da Previdência Social, instituído pela Lei n. 8.213/1991, prevê diferentes espécies de benefícios e serviços. Sobre os beneficiários da Previdência Social, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os beneficiários da Previdência Social são apenas os segurados obrigatórios e facultativos, não incluindo seus dependentes.
- (B) Os dependentes de primeira classe (cônjuge/companheiro, filhos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos ou com deficiência) possuem dependência econômica presumida.
- (C) Os pais do segurado falecido são dependentes de terceira classe, e sua dependência econômica é presumida.
- (D) O irmão não emancipado, de qualquer condição, é dependente de segunda classe, e sua dependência econômica deve ser comprovada.
- (E) A existência de dependente de qualquer classe não exclui o direito de dependentes de classe posterior à pensão por morte.

76

A Lei n. 8.213/1991 prevê diversos benefícios aos segurados e seus dependentes. Sobre os benefícios em espécie e suas características, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.
- (B) A aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) é concedida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- (C) A pensão por morte é devida aos dependentes do segurado, independentemente de carência, mas exige a comprovação da qualidade de segurado na data do óbito.
- (D) O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado.
- (E) O salário-família é devido ao segurado de baixa renda, na proporção do número de filhos ou equiparados de até 14 anos de idade, ou inválidos de qualquer idade, mediante comprovação de dependência econômica.

77

A Previdência Social, além dos benefícios pecuniários, oferece serviços sociais e de reabilitação profissional. Sobre o Serviço Social e a Reabilitação Profissional, conforme a Lei n. 8.213/1991, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Serviço Social é um serviço facultativo oferecido pela Previdência Social, que visa ao acompanhamento dos segurados em gozo de benefício por incapacidade.
- (B) A Reabilitação Profissional é um serviço obrigatório da Previdência Social, que tem como objetivo proporcionar os meios para a reeducação e readaptação profissional dos segurados e dependentes.
- (C) Ambos os serviços (Serviço Social e Reabilitação Profissional) são de caráter exclusivamente pecuniário, fornecendo auxílio financeiro aos segurados em necessidade.
- (D) O Serviço Social destina-se a orientar e apoiar os segurados e seus dependentes em relação aos benefícios previdenciários, mas não abrange ações de prevenção de doenças ou de melhoria da qualidade de vida.
- (E) A Reabilitação Profissional é destinada apenas aos segurados que sofreram acidente de trabalho, não se aplicando àqueles com doenças ocupacionais ou outras causas de incapacidade.

78

A Emenda Constitucional n. 103/2019 (Reforma da Previdência) trouxe profundas alterações nos art. 201 e 202 da Constituição Federal, afetando, entre outros, as regras de aposentadoria e pensão por morte. Sobre as alterações promovidas pela EC n. 103/2019 na Previdência Social, assinale a afirmativa correta.

- (A) A EC n. 103/2019 manteve a idade mínima de aposentadoria para mulheres em 60 anos e para homens em 65 anos no RGPS, sem qualquer período de transição.
- (B) A pensão por morte, após a EC n. 103/2019, não poderá ultrapassar o valor de 100% (cem por cento) da aposentadoria por incapacidade permanente a que o segurado teria direito ou da aposentadoria que recebia.
- (C) A EC n. 103/2019 extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição, restando apenas a aposentadoria por idade para o RGPS.
- (D) O tempo de contribuição mínimo para aposentadoria no RGPS passou a ser de 20 anos para homens e mulheres.
- (E) A vedação da acumulação de aposentadorias de regimes de previdência social distintos foi flexibilizada pela EC n. 103/2019, permitindo mais casos de cumulação.

Eixo Temático 5 – Saúde e Segurança do Trabalho

Raylton de Carvalho**79**

Segundo a NR 7, quais são os exames médicos ocupacionais obrigatórios no âmbito do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)?

- (A) Apenas exames admissionais e periódicos.
- (B) Apenas exames de retorno ao trabalho e demissional.
- (C) Admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.
- (D) Apenas exames de mudança de função e demissional.
- (E) Apenas exames de mudança de empresa.

80

Sobre as ações de promoção da saúde do trabalhador no serviço público, é correto afirmar:

- (A) São ações voltadas à melhoria das condições de trabalho e prevenção de doenças.
- (B) Estão restritas a ações de vacinação e campanhas pontuais.
- (C) Devem ser feitas apenas após a ocorrência de agravos à saúde.
- (D) Limitam-se ao acompanhamento médico de servidores afastados.
- (E) São restritas aos empregadores.

81

Em relação aos adicionais ocupacionais previstos na CLT, assinale a alternativa correta:

- (A) O adicional de insalubridade pode ser de 10%, 20% ou 40%, conforme o grau de exposição.
- (B) O adicional de periculosidade é calculado sobre o salário mínimo.
- (C) O adicional de insalubridade pode ser de até 50%.
- (D) O adicional de penosidade é de 40%.
- (E) Não é permitido o pagamento de adicional de insalubridade a servidor público.

82

A reabilitação profissional, segundo o INSS, tem por objetivo:

- (A) Conceder aposentadoria por invalidez a trabalhadores doentes.
- (B) Permitir o retorno ao trabalho após o auxílio-doença, com novas habilidades.
- (C) Afastar o trabalhador do ambiente laboral de forma definitiva.
- (D) Garantir ao trabalhador o direito à estabilidade definitiva.
- (E) Só recebem adicionais aqueles funcionários que saírem da empresa.

83

A readaptação do servidor público ocorre quando:

- (A) Ele retorna ao mesmo cargo após longo afastamento.
- (B) Ele toma posse em cargo público.
- (C) Há necessidade de mudança de local de trabalho sem alteração funcional.
- (D) Se exige a exoneração do cargo efetivo.
- (E) Há reconhecimento da incapacidade parcial e é necessário o exercício de nova função compatível com suas limitações.

84

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) tem como uma de suas diretrizes:

- (A) Afastar o trabalhador de atividades perigosas.
- (B) Focar exclusivamente na saúde curativa.
- (C) Atuar apenas após a notificação de acidentes de trabalho.
- (D) Manter o trabalhador em atividades que afetam sua saúde ou risco a sua integridade física.
- (E) Integrar ações de vigilância em saúde do trabalhador com atenção básica.

85

Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR):

- (A) Deve contemplar o inventário de riscos e o plano de ação.
- (B) Substituiu o PCMSO na NR 7.
- (C) É obrigatório apenas para empresas com mais de 100 empregados.
- (D) É exclusivo para atividades insalubres.
- (E) Tem como objetivo principal avaliar a ergonomia.

86

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) tem como uma de suas finalidades:

- (A) Controlar as licenças médicas dos servidores estaduais.
- (B) Implementar o plano de cargos e salários no serviço público.
- (C) Promover ações de atenção à saúde e perícia oficial para servidores públicos federais.
- (D) Prestar assistência médica hospitalar aos servidores.
- (E) Avaliar os riscos de insalubridade, periculosidade e penosidade.

87

A higiene do trabalho compreende as seguintes etapas, exceto:

- (A) Antecipação.
- (B) Reconhecimento.
- (C) Monitoramento biológico.
- (D) Controle.
- (E) Avaliação quantitativa de risco.

88

O nexo técnico epidemiológico (NTEP) é utilizado para:

- (A) Substituir a CAT.
- (B) Avaliação da exposição aos riscos ambientais.
- (C) Garantir o direito ao adicional de periculosidade.
- (D) Definir o tempo de aposentadoria.
- (E) Estabelecer a relação entre o agravo e a atividade econômica.

89

Sobre o acidente de trabalho, segundo a legislação previdenciária, é correto afirmar:

- (A) Inclui doenças profissionais e do trabalho, conforme equiparação legal.
- (B) Envolve somente eventos traumáticos imediatos.
- (C) Não abrange doenças ocupacionais.
- (D) É necessário que ocorra no ambiente de trabalho.
- (E) Só existe na modalidade culposa.

90

Sobre os fatores psicossociais relacionados ao adoecimento no trabalho, é correto afirmar:

- (A) Estão associados exclusivamente à exposição a agentes físicos.
- (B) Não geram impacto sobre a produtividade.
- (C) São facilmente detectados em exames médicos admissionais.
- (D) Só são considerados os fatores externos ao trabalho.
- (E) Envolvem aspectos como sobrecarga, assédio e pressão excessiva.

Prova Discursiva (Modelo FGV) – Bloco Temático 1: Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência)

Andréa Cerqueira

Com base nos textos a seguir e em seus conhecimentos sobre as políticas públicas de saúde, assistência e previdência social, redija um texto dissertativo-argumentativo, com até 30 linhas, em linguagem clara, objetiva e estruturada, abordando o tema proposto.

Texto 1 – Transição demográfica e envelhecimento no Brasil

Em 2030, o número de pessoas idosas ultrapassará o de crianças e adolescentes no Brasil. A transição demográfica impõe novos desafios à seguridade social, especialmente no financiamento da previdência, na ampliação da rede de atenção à saúde e nos serviços de proteção à população idosa.

IBGE – Projeções Populacionais, 2023

Texto 2 – Cuidado, autonomia e proteção social

O envelhecimento da população exige que o Estado promova políticas integradas que garantam não apenas a sobrevivência, mas a dignidade e a autonomia das pessoas idosas. Isso inclui acesso à previdência, à saúde de qualidade e à assistência social comunitária.

OMS – Organização Mundial da Saúde, Relatório sobre Envelhecimento Ativo, 2022

Texto 3 – Previdência e sustentabilidade

A ampliação da expectativa de vida, combinada à informalidade do mercado de trabalho e à baixa taxa de reposição populacional, pressiona o sistema previdenciário. O equilíbrio entre sustentabilidade fiscal e garantia de direitos é um dos maiores desafios da gestão pública contemporânea.

IPEA, Nota Técnica n. 114, 2023

TEMA DA QUESTÃO DISCURSIVA:

O IMPACTO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO:

Em sua resposta, é necessário:

- Apresentar uma argumentação clara, coesa e fundamentada;
- Demonstrar conhecimento técnico sobre os princípios e funções da seguridade social brasileira;
- Discutir os principais impactos do envelhecimento, como:
 - pressão sobre o sistema previdenciário;
 - aumento da demanda por atenção integral à saúde do idoso;
 - necessidade de políticas assistenciais específicas (como o fortalecimento do SUAS e do BPC);
 - carência de serviços de cuidado e proteção contra violências.
- Propor estratégias e ações viáveis para o Estado enfrentar os desafios, como:
 - promoção do envelhecimento ativo;
 - reorganização da atenção básica com foco geriátrico;
 - adaptação da previdência à nova realidade demográfica;
 - políticas de apoio a cuidadores e famílias.
- Utilizar a norma-padrão da língua portuguesa.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 1: Seguridade Social – Saúde, Assistência Social
e Previdência Social (Pós-edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	B	C	C	A	C	B	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	D	B	C	D	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	E	B	C	C	D	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	D	C	D	C	D	E	C	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	B	C	D	B	C	E	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	E	D	D	B	C	A	E	C	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
D	C	D	D	D	C	D	D	E	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	E	B	D	B	E	B	B	C	A
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
A	B	E	E	A	C	C	E	A	E

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

CNU - 2º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 1: SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

Letra c.

Assunto abordado: Formação histórica do Estado Democrático de Direito.

- (A) Errada. O Estado Democrático de Direito não se restringe à legalidade formal nem ao voto periódico. Vai além, com a promoção de direitos fundamentais e justiça social.
- (B) Errada. A CF/88 tem caráter social, não liberal clássico; busca equilibrar livre iniciativa com justiça social e proteção aos vulneráveis.

(C) Certa. Art. 1º e 3º da CF/88 evidenciam o compromisso com a dignidade humana, a cidadania e a justiça social.

(D) Errada. O Judiciário tem papel relevante na concretização de direitos, inclusive em casos de omissão estatal.

(E) Errada. A Constituição não é autoritária; adota a separação dos poderes e mecanismos democráticos de controle.

2

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.
- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

Letra b.

Assunto abordado: Constituição Federal de 1988: direitos fundamentais, sociais e políticos.

- (A) Errada. Embora dependam, em alguns casos, de políticas públicas, os direitos sociais podem ser exigidos judicialmente quando há omissão do Estado.
- (B) Certa. O art. 5º, §1º, da CF/88 assegura aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais.
- (C) Errada. A eficácia dos direitos fundamentais somente pode ser restringida em hipóteses excepcionais, como em estado de sítio ou defesa.
- (D) Errada. O rol é exemplificativo; outros direitos podem ser reconhecidos com base em tratados e princípios.
- (E) Errada. Os direitos políticos integram os direitos fundamentais, conforme doutrina e jurisprudência consolidada.

3

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

Letra b.

Assunto abordado: Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e os desafios da governabilidade.

- (A) Errada. Os ministros de Estado são nomeados pelo Presidente, não eleitos diretamente.
- (B) Certa. A fragmentação partidária dificulta a formação de maiorias estáveis e compromete a governabilidade.
- (C) Errada. A harmonia entre os Poderes não exclui o controle recíproco; ao contrário, é pressuposto do sistema de freios e contrapesos.
- (D) Errada. O Presidente pode editar medidas provisórias, mas legislar é competência primária do Legislativo.
- (E) Errada. O sistema de freios e contrapesos pretende conter abusos, mas não elimina riscos de crise institucional.

4

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

Letra c.

Assunto abordado: Judicialização de políticas públicas.

- (A) Errada. Nem toda judicialização decorre de ativismo; muitas vezes é resposta a omissões do Estado.
- (B) Errada. O Judiciário deve garantir direitos fundamentais, especialmente quando há omissão injustificada.
- (C) Certa. A jurisprudência do STF reconhece que o Judiciário pode atuar para assegurar direitos quando os demais Poderes forem omissos.
- (D) Errada. O STF admite, inclusive, a concessão de medicamentos fora da lista do SUS em determinadas hipóteses.
- (E) Errada. O controle jurisdicional é compatível com a separação de poderes, desde que dentro de seus limites constitucionais.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

Letra c.

Assunto abordado: Participação cidadã e democracia direta.

- (A) Errada. O referendo é convocado pelo Congresso Nacional, não por iniciativa popular direta.
- (B) Errada. A iniciativa popular exige 1% do eleitorado nacional, com distribuição em pelo menos cinco estados.
- (C) Certa. O plebiscito ocorre antes da deliberação do Congresso e deve ser convocado por ele.
- (D) Errada. A CF/88 prevê expressamente a consulta direta por plebiscito e referendo.
- (E) Errada. A participação pode ocorrer por conselhos, audiências públicas, conferências e outros canais permanentes.

Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

Letra a.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Certa. As políticas distributivas beneficiam grupos específicos, como nesse caso, com o custo socializado pela coletividade.
- (B) Errada. A fonte de financiamento pode não ser exclusivamente dos mais ricos. A tipologia distributiva não exige isso.
- (C) Errada. Políticas redistributivas envolvem transferência de renda entre grupos sociais, o que não é o caso aqui.
- (D) Errada. A política descrita não regula comportamentos nem estabelece obrigações, logo não é regulatória.
- (E) Errada. Mesmo que seja universal, não é regulatória; e sim distributiva.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas emergenciais são, em geral, distributivas, pois atendem situações pontuais e específicas.
- (B) Errada. Trata-se de uma política distributiva de saúde pública com alcance amplo.
- (C) Certa. A reforma agrária é exemplo clássico de política redistributiva: transfere recursos (terra) de um grupo a outro.
- (D) Errada. A distribuição de alimentos é política distributiva, sem alterar estruturas de poder ou renda.
- (E) Errada. Criar regras de mercado é ação regulatória, não redistributiva.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

Letra b.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. A abordagem policêntrica envolve múltiplos centros de decisão e atores além do Estado.
- (B) Certa. Na abordagem estado-cêntrica, o Estado é visto como principal formulador e executor das políticas.
- (C) Errada. O termo político-cêntrico não é consagrado como abordagem teórica em políticas públicas.
- (D) Errada. A tecnocêntrica foca em soluções técnicas e especializadas, não necessariamente centralizadas no Estado.
- (E) Errada. “Endocêntrica” não é uma tipologia reconhecida na literatura sobre políticas públicas.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

Letra c.

Assunto abordado: 2.1. Fundamentos de políticas públicas: conceitos e tipologias.

- (A) Errada. Políticas constitutivas tratam da criação ou reorganização de instituições e regras do jogo político.
- (B) Errada. Políticas regulatórias definem padrões de conduta ou impõem restrições, não é o foco aqui.
- (C) Certa. A alteração do sistema tributário para onerar mais os mais ricos e aliviar os mais pobres é redistributiva.
- (D) Errada. Políticas distributivas não envolvem transferência de carga tributária entre grupos.
- (E) Errada. O termo intervencionista é genérico e não pertence à classificação de Lowi.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora